

**Acta da comissão permanente Transportes e Mobilidade (6º comissão) realizada do dia 12 de Setembro de 2023**

reunião realizada no dia 12 de Setembro de 2023 nas instalações do IMT (Instituto de Mobilidade e Transportes) com a presença dos seguinte deputados Municipais:

**Luis Palma, José António Rocha, Paulo Viegas, António Pedro Maco e Margarida Paulos.**

Estiveram ausentes os deputados: **Pedro Dias Pereira, Bruno Ramos Dias, Sónia Silva, Luis Pedro Durão e José Ricardo Martins.**

Presentes em representação do IMT: **João Caetano, Rui Velasco, Silvia e Adélia Simões.**

Abertura da Reunião pelo presidente da comissão **Luis Palma** agradecendo a disponibilidade para receber a 6º comissão e começando com uma breve explicação sobre o porquê do pedido de reunião: temos reunido com várias entidades ligadas ao sector de mobilidade e transportes públicos e neste caso concreto para perceber o papel desta entidade (IMT) nesta área, sempre com o objectivo de definir estratégias e encontrar caminhos para soluções num sector tão importante como o da mobilidade e transportes.

- O deputado **Paulo Viegas** começa por dizer que se considera defensor do regionalismo, sobretudo no planeamento das grandes áreas Metropolitanas e defende que a gestão das grandes áreas metropolitanas deveriam ser legitimadas pelos votos dos cidadãos, e pergunta quais os desenvolvimentos sobre o que considera a importante ligação entre as duas margens do Tejo.

- O presidente do IMT **João Caetano** refere que o IMT enquanto organismo Público tem funções bastante abrangentes na área, nomeadamente contratos de concessão, regulamento de gestão de auto estradas, licenciamento de serviços de transportes públicos, criação de sistemas de bilhética, pareceres aos PDMs, bem como acessos do governo nas políticas públicas, onde desempenha um papel importante, embora sem carácter vinculativo, diz-se agradado com a colaboração das autarquias nos assuntos relacionados com acessos etc. releva uma vez mais o importante papel do IMT como motor de financiamento das políticas para os transportes públicos. A elaboração de planos de mobilidade tem forte intervenção deste organismo, refere a importância da interação de proximidade com o poder local, têm de facto uma multiplicidade de atribuições e na questão da mobilidade, as infraestruturas são responsabilidade do governo, mas o papel do poder local é importante.

- A deputada Margarida Paulos começa por referir que o PDM de Almada tem parecer favorável do IMT mas a título condicionado, sobre o plano de mobilidade suave sustentável e acrescenta que as condições nas cidades para a implementação destes planos são muito condicionadas. questiona sobre que perspectivas para encontrar soluções para as dificuldades nos meios de transporte.

- Respondendo às questões colocadas, o presidente João Caetano informa que foi criado um grupo de trabalho autónomo para delinear estratégias para questões relacionadas com a mobilidade suave, como é que os órgãos locais conseguem gerir a implementação de ciclovias? diz que não passa apenas pela criação de ciclovias, mas também pela obrigatoriedade de redução de velocidade dos carros nos meios urbanos e continua salientando a importância da promoção de políticas de mobilidade activa bem como a soluções para a autonomia de deslocação de crianças para as escolas, promovendo a mobilidade suave, contribuindo desta forma para retirar carros das ruas.

- Rui Velasco começa por falar sobre mobilidade escolar, salienta a importância de conseguir articulação entre transportes e horários escolares.

Na lógica integrada dos transportes nesta nova rede, a questão de mobilidade sustentável assume maior importância até por questões ambientais, são sempre questões de enorme complexidade, reconhece a importância de planos de mobilidade sustentável e destaca importantíssimo papel da AGENEAL na colaboração nestes projectos, que considera uma questão transversal, acrescentando que o vector da mobilidade é de interesse comum e termina dizendo que estarão sempre receptivos a soluções que contribuam para melhorias, bem como a disponibilidade total para colaboração com as autarquias.

- Sílvia sobre o PDM diz que emitiram pareceres favoráveis condicionados relacionados com a rede viária em colaboração com a Câmara Municipal de Almada, acrescenta que existem ainda muitos documentos em análise, em princípio sem grandes motivos de contestação, termina dizendo que o IMT elabora projetos para obras nos arruamentos públicos que permita a implementação da mobilidade suave.

- O presidente João Caetano refere que a homologação de veículos de transportes pesados de passageiros é demorada tendo em conta o aumento substancial de pretensões deste tipo de veículos e o insuficiente número de recursos humanos para análise atempada de todos os veículos e termina acrescentando que a falta de motoristas é motivo de preocupação.

- António Pedro Maco começa por elogiar o trabalho desenvolvido pela 6ª comissão ao longo dos últimos mandatos, refere que há muito que se falava na implementação de uma nova rede de transportes públicos com substanciais melhorias para quem reside na margem Sul, implementadas finalmente ao fim de tantos anos. existem no seu entendimento algumas questões pendentes, como por exemplo a terceira travessia no rio Tejo, a extensão do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica, manifestando a sua desilusão em relação ao posicionamento do secretário de estado das infraestruturas sobre o tema e questionado os representantes do IMT sobre a sua posição sobre estas questões, menciona a carência nos vários meios de transportes públicos e a urgente necessidade de encontrar soluções, tendo em conta que Almada está cada vez mais sobrecarregada com o fluxo de trânsito, refere a insuficiência de material circulante da Fertagus e destaca a disponibilidade da concessionária para assumir os desafios necessários para os melhoramentos da rede ferroviária. critica o facto da nova rede da TML ter sido implementada á pressa sem ter em conta o planeamento adequado às necessidades da população e questiona uma vez mais qual o papel do IMT não só em relação a esta matéria, mas também sobre as portagens na ponte 25 de Abril que considera lesiva para quem reside na Margem Sul.

- presidente João Caetano descreve as dificuldades de intervenção nos contratos de concessão, porque o rompimento com o que está contratualizado acarreta sempre consequências para o governo com enorme impacto negativo para o erário público, continua acrescentando que: ou se avança com a construção de uma terceira travessia e neste caso não cabe ao IMT decidir, mas sim ao governo em sintonia com a três autarquia envolvidas, é uma ação prevista há mais de trinta anos, sendo a travessia Barreiro-Chelas a mais referenciada, ou na revisão dos contratos conforme forem cessando e renegociados, encontrar alternativas mais favoráveis. reconhece que a criação da TML trouxe melhorias substanciais à mobilidade, é preciso densificar a oferta de transportes públicos e a intermodalidade bem como a necessidade de uma fiscalização agressiva e fortemente penalizadora para quem prevarica em termos de estacionamento inadequado, dificultando a circulação dos transportes públicos.

- O Presidente da comissão Luis Palma realça a importância do novo desenho para receber esses transportes.

Intervém por último o deputado José António Rocha agradecendo o facto de nos terem recebido e as respostas às questões colocadas pelos membros da comissão cujo objectivo é recolher informação, perceber estratégias destes organismos com responsabilidade de gestão e intervenção no sector da mobilidade e transportes, que são sempre um importante contributo, para que os deputados municipais enquanto agentes políticos locais, possam contribuir para as melhorias necessárias nesta área tão importante para as populações. não obstante o reconhecimento da importância destas reuniões, a verdade é sempre que reunimos com estes organismos com fortes responsabilidade em sectores tão importantes como é o da mobilidade, as respostas para as reais resoluções dos problemas são sempre insuficientes e pouco esclarecedoras, enquanto deputado eleito por um partido de esquerda, não pode deixar de lamentar as respostas sejam sempre com a referência à dificuldade de alterar contratos com as concessionárias, o que nos leva a questionar, mas quem é que negocia os contratos com os privados? não é o Governo? porque é que quando se negocia não se acautelam os interesses do estado e dos contribuintes? O facto de até nós, enquanto autarcas e membros activos no panorama político temos dificuldade em acreditar nas promessas feitas de forma reiterada pelos responsáveis políticos, facilita a compreensão do descrédito da generalidade da população na classe política que gere os destinos do país, ou seja, muitos projetos, muitas promessas, muitos anúncios mas a verdade é que tardam as resoluções para as dificuldades que as populações enfrentam no seu dia a dia. permitam-me portanto que mantenha o meu cepticismo em relação a tantas promessas sem que se vislumbre a sua concretização.